



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 708, DE 2023.

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar o acesso de pessoas com deficiência aos órgãos públicos e facilitar sua integração no trabalho.

Autor: Deputado Márcio Honaiser

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que determina a oferta de aconselhamento, apoio e capacitação de recursos humanos em empresas privadas e públicas às pessoas com deficiência, com a finalidade de assegurar a igualdade no ambiente de trabalho, suprimindo barreiras existentes. Ademais, estabelece que os órgãos públicos assegurem condições adequadas de acessibilidade aos cidadãos com deficiência, mediante a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, quando necessário.

O projeto de lei não possui apensos.

A proposição em análise foi distribuída à Comissão de Administração e Serviço Público – CASP, à Comissão do Trabalho – CTRAB, à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, à Comissão de Finanças e Tributação – CFT (art. 54, do RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (art. 54, do RICD). Compete à CPD apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso XXIII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme artigo 24, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e possui regime de tramitação ordinário, de acordo com artigo 151, inciso III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A presente proposição determina a oferta de aconselhamento, apoio e capacitação de recursos humanos em empresas privadas e públicas às pessoas com deficiência, com a finalidade de assegurar a igualdade no ambiente de trabalho, suprimindo barreiras existentes. Ademais, estabelece que os órgãos públicos assegurem condições adequadas de acessibilidade aos cidadãos com deficiência, mediante a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, quando necessário.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há mais de 14 milhões de brasileiros que se declaram pessoas com deficiência, o que representa cerca de 7,3% da população¹. No que se refere ao âmbito profissional, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou que o mercado formal registra 634.650 pessoas com deficiência ou reabilitadas empregadas, sendo 93,58% em empresas obrigadas ao cumprimento da reserva legal².

Com efeito, embora existam avanços normativos, especialmente a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), é notório que as pessoas com deficiência ainda enfrentam inúmeras dificuldades e barreiras para sua plena inserção e permanência no mercado de trabalho. Entre os principais obstáculos, destacam-se as limitações estruturais, a ausência de adaptações razoáveis, a insuficiência de tecnologias assistivas e, sobretudo, as dificuldades enfrentadas por empresas na adequação de seus ambientes e processos para acolher trabalhadores com diferentes tipos de deficiência, sejam elas de natureza física, sensorial, intelectual ou psicossocial.

Nesse contexto, atuar para assegurar melhores condições de igualdade e oportunidades significa promover maior inclusão, autonomia e efetivação de direitos

¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>

² [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/setembro/brasil-registra-mais-de-63-mil-contratacoes-de-pessoas-com-deficiencia-em-2025#:~:text=Atualmente%2C%20o%20mercado%20formal%20registra,Defici%C3%Aancia%20e%20Reabilitadas%2C%20dispon%C3%ADvel%20aqui.&text=De%20acordo%20com%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o,de%20at%C3%A9%20R\\$%20265%20mil.](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/setembro/brasil-registra-mais-de-63-mil-contratacoes-de-pessoas-com-deficiencia-em-2025#:~:text=Atualmente%2C%20o%20mercado%20formal%20registra,Defici%C3%Aancia%20e%20Reabilitadas%2C%20dispon%C3%ADvel%20aqui.&text=De%20acordo%20com%20a%20legisla%C3%A7%C3%A3o,de%20at%C3%A9%20R$%20265%20mil.)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

fundamentais, contribuindo para que a diversidade seja compreendida como valor e não como obstáculo nas relações laborais.

Ademais a presente proposição também aborda aspecto relevante ao prever a oferta de instrução e capacitação de profissionais de recursos humanos, os quais, muitas vezes, não dispõem de preparo técnico e institucional adequado para lidar com as especificidades relacionadas à deficiência. Essa lacuna pode resultar, ainda que de forma involuntária, em práticas discriminatórias, barreiras atitudinais e falhas nos processos de recrutamento, seleção e gestão de pessoas. A capacitação contínua, portanto, possui caráter preventivo, contribuindo para a redução de conflitos no ambiente de trabalho, para a retenção de talentos e para o aprimoramento das relações laborais.

Assim, assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência no ambiente de trabalho significa promover sua autonomia, independência e participação plena na sociedade. Trata-se, portanto, de medida ética, humanitária e indispensável, alinhada a princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a igualdade material e a não discriminação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante do exposto, e considerando as competências desta Comissão quanto ao mérito, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 708, de 2023 e da emenda da Comissão de Trabalho (CTRAB).

Sala das Comissões, em de dezembro de 2025.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator

